

A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E DE GESTÃO À LUZ DA RESOLUÇÃO Nº2/2015: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

*THE CONSTITUTION OF INSTITUTIONAL AND MANAGEMENT
POLICIES IN THE LIGHT OF RESOLUTION No. 2/2015:
Teachers' training in the Federal University of Goiás*

*LA CONSTITUCIÓN DE LAS POLÍTICAS INSTITUCIONALES Y DE
GESTIÓN A LA LUZ DE LA RESOLUCIÓN No. 2/2015:
La formación de profesores en la Universidad Federal de Goiás*

Jaqueline Araújo Civardi*
Janice Pereira Lopes**
Moema Gomes Moraes***

RESUMO

O presente artigo aborda elementos atinentes ao cenário da construção das ações internas dos processos de institucionalização e materialização das políticas de formação de professores para a educação básica da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nesta perspectiva apresenta-se um resgate histórico e o panorama atual da organização das principais demandas destinadas à implantação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, bem como das iniciativas e políticas institucionais fomentadas pela UFG no intuito de consolidar as diretrizes para a formação inicial e continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Nesta trajetória destaca-se o papel do diálogo e da construção coletiva dos documentos e normatizações internas, realizadas por um coletivo de professores das diferentes licenciaturas da Universidade e representantes da Educação Básica, dos seus distintos *campi*. Tal diálogo deu início ao movimento de pensar sobre os reflexos dessas políticas no contexto em que a instituição se insere, bem como no impacto dessas novas diretrizes para as dinâmicas formativas e fundamentos constitutivos dos cursos de licenciatura da UFG. Outrossim, ressalta-se os desafios inerentes à reconfiguração da gestão desses cursos, dos seus programas e, também, dos respectivos processos de avaliação de modo que estes sintonizem com os propósitos norteadores das políticas indicadas pelo CNE. Por fim, é abordado o cenário atual no qual busca-se efetivar a valorização do trabalho docente por meio de programas institucionais que evidenciam a formação de professores para a Educação Básica nos diferentes momentos de vida acadêmica e de profissionalização.

Palavras-Chave: Formação inicial e continuada de professores; políticas institucionais e a formação de professores; Diretrizes curriculares.

ABSTRACT

This article addresses relevant elements to the scenario of the construction of internal actions of processes of institutionalization and materialization of teacher formation policies for basic education at the Federal University of Goiás (UFG). In this perspective is presented a historical rescue and the current overview of the organization of the main demands destined to the implementation of the Resolution CNE/CP n.2/2015, as well as initiatives and institutional policies fomented by UFG in order to consolidate the guidelines to the initial and continued formation at the Higher Level of Teaching Professionals for Basic Education. In this trajectory stands out the role of dialogue and collective construction of documents and internal standards, realized by a teacher collective from different university degrees and representatives of Basic Education from their distinct campuses. Such dialogue started the movement of thinking about the reflexes of these policies in the context that the university is insert, as well as the impact of these new constitutive actions of the UFG degree courses. In addition, are highlighted challenges inherent to the reconfiguration of the management of these courses, their programs and also their respective assessment processes so that they tune into the guiding purposes of the policies indicated by the CNE. Lastly, is addressed the current scenario which seeks to effect the appreciation of the teacher's work through institutional programs that highlight the formation of teachers for Basic Education in their different moments of academic life and professionalization.

Keywords: Initial and continued training teachers. Institutional policies and the formation of teachers. Curriculum Guidelines.

RESUMEN

El presente artículo aborda elementos relativos al escenario de la construcción de las acciones internas de los procesos de institucionalización y materialización de las políticas de formación de profesores para la educación básica de la Universidad Federal de Goiás (UFG). En esta perspectiva se presenta un rescate histórico y el panorama actual de la organización de las principales demandas destinadas a la implantación de la Resolución CNE/CP n.º2/2015, bien como de las iniciativas y políticas institucionales fomentadas por la UFG en el intuito de consolidar las directrices para la formación inicial y continuada en Nivel Superior de Profesionales de la Enseñanza para la Educación Básica. En esta trayectoria se destaca el papel del dialogo y de la construcción colectiva de los documentos y normas internas, realizadas por un colectivo de profesores de las diferentes licenciaturas de la universidad y representantes de la Educación Básica, de sus distintos campus. Tal dialogo se dio inicio al movimiento de pensar sobre los reflejos de esas políticas en el contexto en que la universidad se inserta, bien como en el impacto de esas nuevas directrices para las dinámicas formativas y fundamentos constitutivos de los cursos de licenciatura de la UFG. Igualmente, se

resalta los desafíos inherentes a la reconfiguración de la gestión de esos cursos, de sus programas y, también, de sus respectivos procesos de evaluación de modo que estos sintonicen con los propósitos rectores de las políticas indicadas por el CNE. Por fin, es abordado el escenario actual en lo cual se busca efecto a la valorización del trabajo docente por medio de programas institucionales que evidencien la formación de profesores para la Educación Básica en sus diferentes momentos de vida académica y de profesionalización.

Palabras clave: Formación inicial y continua de profesores. Políticas institucionales y la formación de profesores. Directrices Curriculares.

À guisa de introdução

Este texto apresenta um recorte do movimento de organização institucional das políticas de formação de professores para a educação básica na Universidade Federal de Goiás, em um contexto permeado por discussões efervescentes diante do novo norte de implantação das políticas públicas educacionais e o impacto que elas promovem em uma geração. Neste cenário, as Instituições de Ensino Superior (IES) vivenciam uma série de desafios a serem superados em prol da consolidação de uma articulação entre as universidades, o sistema de ensino e as instituições de educação básica.

O parecer CNE/CP 02/2015, aprovado pelo Conselho Pleno Nacional de Educação (CNE) em 9 de junho de 2015, homologado pelo MEC em 24 de junho de 2015, trouxe um caminho a ser percorrido no processo de elaboração das políticas institucionais que avancem na implantação de seus documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de curso (PPC).

Desde então, a elaboração de documentos, regulamentos e planos de gestão que contemplem a formação de profissionais do magistério na universidade, busca por uma concepção de educação que promova uma perspectiva de valorização do trabalho docente, e "que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educacionais da educação básica e da profissão" (DOURADO, 2015, p. 307).

Desde então, o percurso trilhado na UFG foi de elaboração conjunta, por meio do diálogo entre as diferentes áreas da licenciatura, a fim de que se contribuísse para efetivar a institucionalização de uma perspectiva de formação inicial e continuada de professores que considere as diferentes características e complexidades das várias licenciaturas que fazem parte da universidade.

As reflexões e debates dos professores dos cursos de licenciaturas e de suas comissões permitiram a construção de documentos que iniciaram o movimento de consolidação das diretrizes sobre a formação de professores para a educação básica na UFG. As resoluções CEPEC nº. 1539/2017 e CEPEC nº. 1541/2017, aprovadas na UFG em 2017, representaram um marco importante, visto que tinham o parecer CNE/CP 02/2015, como eixo fundante de tais diretrizes.

A Resolução CEPEC nº. 1539/2017, trouxe uma atualização das políticas e diretrizes de estágio para a formação de professores da UFG, a partir da conceitualização de estágio curricular no contexto das licenciaturas, da especificação da carga horária registrada no PPC e suas perspectivas de articulação com as escolas-campo. A resolução CEPEC nº. 1541/2017, que trata sobre as políticas para a formação de professores da educação básica da UFG, sinalizou elementos destinados à estruturação do PPC nos cursos de licenciatura a fim de que estes atendessem a CNE/CP 02/2015, estabelecendo, entre outras normatizações, a carga horária mínima de 3200 horas nos cursos de licenciatura. Outrossim, esta resolução trouxe indicadores importantes para a construção dos projetos pedagógicos ao especificar a distribuição da carga horária destinada à formação geral e específica, bem como caracterizar elementos fundantes da Prática como Componente Curricular (PPC), do estágio supervisionado e das atividades complementares nas licenciaturas.

A partir dessa contextualização histórica dos principais marcos na trajetória de construção de políticas de formação e valorização dos professores para a educação básica, apresentaremos o momento vivido e os eixos norteadores da atual gestão que convergem para a consolidação do percurso que se desenhou até aqui e que visam contribuir com "a capacidade dos egressos de entender a realidade em que vivem, de tomar decisões alicerçadas no conhecimento, considerada a perspectiva humanística, e de ampliar a capacidade científica-tecnológica e artística".

As diretrizes do Plano de Gestão e os cursos de Licenciatura da UFG

Para mostrarmos o movimento das ações em desenvolvimento na Universidade Federal de Goiás (UFG), apresentamos neste artigo o contexto da universidade e sua relação com os cursos de licenciatura. O objetivo é

ilustrar os aspectos referentes a consolidação das políticas de formação dos professores da educação básica mediante os elementos que perpassam pelo cotidiano da universidade em suas distintas frentes.

Para tanto, apresentamos alguns números¹ que marcam e caracterizam o cenário no qual estão inseridas as discussões realizadas no presente texto. A UFG possui atualmente 156 cursos de graduação (sendo 150 cursos presenciais e 6 cursos EAD) e 28.660 estudantes matriculados, em seus quatro campi – Goiânia, Goiás, Catalão e Jataí, institucionalmente denominados de regionais². A instituição possui 55 cursos de licenciatura localizados em suas quatro regionais, (sendo 50 cursos presenciais e 5 cursos EAD). Ao buscarmos a relação entre o total de alunos em cada uma das regionais e o número de os estudantes de licenciatura, observamos que atualmente a UFG possui 7.274 estudantes matriculados em seus distintos cursos de licenciatura, das quatro regionais, de modo que a proporção entre o número total de estudantes nas regionais e o número de estudantes nas licenciaturas são apresentados conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Número de alunos e o número de alunos das licenciaturas em 2019.

RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ALUNOS DAS REGIONAIS E O NÚMERO DE ALUNOS DE LICENCIATURA DA UFG			
	Total da regional	Licenciaturas	%
Catalão	3.548	1500	42,28
Goiânia	20.322	4.641	22,84
Goiás	889	119	13,39
Jataí	3.901	1.014	25,99
Total	28.660	7.274	25,38

Fonte: Analisa, 2019.

Os dados institucionais nos permitem observar a existência do predomínio de estudantes do sexo feminino, visto que dos 28.666 estudantes matriculados, 50,61% são do sexo feminino e 49,39% do sexo masculino, sendo que nos cursos de licenciatura cerca de 56% dos discentes se declararam do sexo feminino. Dados também indicam que a faixa etária dos estudantes das licenciaturas possui seu maior índice entre 16 e 25 anos,

¹ Dados obtidos no endereço eletrônico < <https://analisa.dados.ufg.br> > em 20 de outubro de 2019.

² Cabe destacar, que as regionais de Catalão e Jataí estão em fase de transição para se tornarem Universidade Federal de Catalão e Universidade Federal de Jataí, respectivamente. Mas, como o texto trata da proposta de formação de professores construído até o momento, utilizaremos esta terminologia.

totalizando 65% dos estudantes. Entre 16 a 20 anos, são 27% dos estudantes, 38% dos estudantes de licenciatura entre 21 e 25 anos de idade e 35% com idade superior a 25 anos. Destaca-se ainda que 56% do número de estudantes matriculados em cursos de licenciaturas da UFG são pardos, pretos e indígenas.

O alcance da UFG em relação aos cursos de licenciatura, abrange não somente as cidades em que existem os cursos presenciais, mas outras cidades que possuem polos dos cursos de licenciatura a distância, são elas: Alexânia, Cezarina, Inhumas, Uruaçu, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goianésia, Iporá, Mineiros, São Miguel do Araguaia, São Simão, Uruana, Águas Lindas de Goiás, Alto Paraíso de Goiás e Cezarina. Além das cidades onde existem a oferta de cursos presenciais.

Os aspectos apresentados evidenciam o público heterogêneo dos estudantes da UFG e, especialmente, nos cursos de licenciatura. Esta complexidade demanda esforços para valorizar e promover institucionalmente ações que corroborem com as políticas de formação de professores indicadas pela CNE/CP 02/2015 e com aquelas presentes nas diretrizes da UFG. Nelas busca-se uma perspectiva humanista, que articule a relação entre a teoria e a prática em um contexto histórico e social, e que também valorize o trabalho docente.

Diante da complexidade e diversidade presente nos diferentes cursos, buscou-se ao longo dos anos a valorização da autonomia, dos princípios e concepções dos cursos de licenciatura, respeitando as diferentes especificidades e permitindo a consolidação da formação científica e humana dos estudantes da região. Assim, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), subsidiada pelas bases do PDI, PPI e do Plano de Gestão, busca desenvolver ações internas e articulações com a comunidade externa de maneira que possa contribuir efetivamente com a formação dos estudantes. Para tanto, foram definidos quatro eixos centrais que repercutem na formação dos futuros professores, são eles: reestruturação curricular, diminuição da evasão e da retenção, inovação pedagógica e valorização do trabalho profissional na graduação.

Um dos fundamentos da reestruturação curricular é o compromisso em oportunizar aos estudantes dos cursos de graduação, em especial dos futuros professores, uma vivência no sentido pleno do conceito de universidade, por meio de uma formação profissional, científica e humanística em nível superior. Parte-se do princípio de que os estudantes precisam conviver e trocar experiências com outros acadêmicos de diferentes cursos e realidades

sociais e culturais; conhecer diferentes espaços e ambientes do contexto universitário; realizar pesquisas que estabeleçam a relação entre a teoria e prática e ainda desenvolver ações de extensão interdisciplinares nas principais áreas do saber.

A ideia é de promover a reorganização na oferta das componentes curriculares dos cursos de graduação, inclusive das licenciaturas, de maneira a promover integração em ambiente escolar além de favorecer a elaboração de estratégias interdisciplinares em ambientes de ensino e aprendizagem.

Uma formação dessa natureza potencializa ao futuro docente a vivência de diferentes possibilidades de abordagem dos conteúdos científicos e das relações humanas. Formação esta que, refletirá em suas práticas pedagógica, nutrirá seu olhar sob os processos educacionais e aprendizagens a partir da valorização dos diferentes campos científicos e de suas distintas perspectivas de leitura e compreensão do mundo. Nesse sentido, a docência é compreendida enquanto

ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2015).

O segundo eixo está alicerçado na institucionalização de ações que contribuem para a diminuição dos índices de evasão e de retenção nos cursos de graduação, e em particular nos cursos de licenciaturas. Esta é uma meta institucional que tem balizado as políticas da UFG mediante a complexidade e diversidade de situações que provocam a saída dos jovens do ambiente universitário. Compreender estas situações e construir estratégias de tratamento destas pressupõe, necessariamente, conhecer as razões desses abandonos de modo a criar meios específicos de acompanhamento pedagógico.

O terceiro eixo, a inovação pedagógica, e o quarto eixo valorização do trabalho docente, possuem aspectos convergentes ao reconhecer os esforços dos professores que se dedicam a investir esforços no ensino. A ideia é trazer a reflexão sobre as estratégias didáticas e metodologias que promovam espaços de formação significativos, motivadores e que ampliem a apreensão dos conteúdos científicos nos cursos de graduação. Nestes termos, promover um ambiente inovador

significa adotar a diversidade como chave da formação que busca imprimir nas pessoas que a procuram. Significa estar situada em seu tempo histórico, compreender os nexos que compõem a sociedade atual e atuar na perspectiva de melhor este mundo, formar homens e mulheres capazes de imprimir mudanças substanciais na sociedade, de forma que a torne mais humana, fraterna, justa e solidária. (TOSCHI, 2010, p. 9)

No campo da formação de professores, trata-se de uma proposta que corrobora com a perspectiva de contribuir com o contato e valorização de atividades que possibilitem a reflexão crítica sobre a realidade, por meio da discussão sobre a relação entre a teoria e a prática e do diálogo entre a formação inicial e o exercício profissional dos profissionais da educação.

Na perspectiva de propor uma gestão participativa, que agregue a experiência de especialistas (internos e externos à instituição) a PROGRAD implementou ações destinadas à ampliação da compreensão da realidade universitária, dando voz aos atores que constituem a comunidade acadêmica. A equipe de coordenadores(as), diretores(as) e a pró-reitora de graduação no primeiro semestre de 2019 realizou visitas às 28 unidades acadêmicas e às três regionais da UFG com o objetivo central de construir um momento de escuta aos diferentes profissionais da educação, aos professores, aos coordenadores e diretores dos cursos. Escuta que contribuiu para a identificação de elementos que refletem a realidade dos diferentes cursos e as vicissitudes que afetam, especialmente, a realidade dos cursos de licenciatura, e para a construção políticas institucionais mais efetivas.

Como encaminhamento imediato desse movimento e revisitação das políticas institucionais, a partir das informações quantitativas e qualitativas oriundas dos diálogos entre os gestores, docentes, discentes, servidores técnicos administrativos e educacionais e da comunidade, foram constituídas cinco comissões com a finalidade de refletir e propor políticas destinadas ao ensino na graduação nos cursos do bacharelado e da licenciatura. São elas:

- a) comissão sobre políticas na graduação;
- b) comissão que trata da evasão e retenção na graduação;
- c) comissão das políticas para a inclusão e diversidade na graduação;
- d) comissão relacionadas à inovação pedagógica no ensino superior e
- f) comissão das licenciaturas.

A ideia é construir de forma conjunta, participativa e colaborativa, estratégias que promovam uma formação e educação que valorize, respeite e acolha as

diferenças humanas, seus estilos e ritmos de aprendizagens (DUK, 2006). Neste sentido, algumas iniciativas foram implementadas pela gestão atual no afã de efetivar a formação continuada dos formadores. Entre elas destacam-se:

- (a) a promoção de ciclo de debates destinados a formação pedagógica, a partir do diálogo com educadores e pesquisadores da área da educação de reconhecimento nacional e diferentes área do conhecimento;
- (b) discussões e elaborações de documentos institucionais que contribuam para a consolidação de políticas de valorização e reconhecimento do trabalho docente no que diz respeito ao ensino³;
- (c) criação do Núcleo de Apoio Permanente ao Docente constituído por docentes da UFG ativos, ou aposentados devidamente inscritos como voluntários, e que se destina à prestação de assessoria aos professores que solicitaram apoio pedagógico.

Além disso, atualmente encontram-se em fase de consolidação comissões formadas por membros da equipe da Prograd e órgãos afins, docentes de diferentes unidades acadêmicas da UFG e consultores externos, na intenção de revitalizar e prospectar e construir caminhos e políticas que ataquem demandas pungentes na universidade. Dentre as políticas e ações que se encontram em construção nas diferentes comissões, destacam-se: Estudos sobre a evasão e retenção na UFG; Programa de tutoria acadêmica; Projetos de Ensino; Resignificação do Programa de Monitoria; Núcleo de Apoio Pedagógico ao Estudante; Núcleo de Apoio Permanente ao Docente. Por meio de tais comissões e estudos, a UFG tem realizado diversas reflexões e projetado ações numa perspectiva de promover inovação em ambientes de ensino e aprendizagem, bem como, sua relação com a tríade ensino, pesquisa e extensão como elementos que fundamentam a formação profissional. Como não poderia deixar de ser, no esteio dessas reflexões e estratégias estão as atuais políticas e diretrizes nacionais que orientam, fundamentam e normatizam as rotinas formativas no âmbito das IES.

As diretrizes para o reconhecimento e a valorização do trabalho do docente no ensino superior, em particular, tem se constituindo enquanto um dos pilares dessa gestão, fomentando a colaboração de professores

³ As ações de valorização do trabalho docente envolvem as atividades desenvolvidas pelos docentes da graduação e educação básica, uma vez que a UFG possui uma unidade de educação básica.

representantes de cada área do conhecimento em comissões destinadas, particularmente, a pensar e propor atividades didáticas que promovam o desenvolvimento do conhecimento por parte do estudante de forma ativa. Isso porque, identificamos que várias ações inovadoras ou que estimulam a reflexão dos estudantes, promovidas pelos professores que atuam na graduação são de caráter pedagógico e promovem profundas mudanças na forma de se promover o ensino dos conteúdos estudado. Isto porque, tais iniciativas promovem aquilo que é mais fundamental, “a curiosidade do ser humano” (FREIRE, 1996, p. 86).

A expectativa é de que tais iniciativas impactem na mudança da atitude pedagógica de formadores em nível da graduação, visto que eles têm tido a oportunidade de refletir e trocar experiências com outros docentes sobre temas de caráter didático-metodológicos. Destacamos que as abordagens didáticas e metodológicas procuram estar ancoradas em debates epistemológicos, científicos, históricos, culturais, sociais, econômicas, políticos, psicológicos, dentre outras interfaces, assegurando-se o diálogo que emerge em decorrência do pluralismo de ideias e distintas concepções pedagógicas. Portanto, a ênfase das discussões e das práticas que são desenvolvidas no contexto desse projeto formativo não é tecnicista, mas crítica. Tão pouco entendemos como um movimento regido da crítica pela crítica, mas como sendo algo que impulsiona para uma mudança que transforma as relações educacionais no ensino superior e fora dele.

A pesquisa, a inovação e as ações de extensão, por sua vez, são utilizados por vários docentes como princípios e meios formativos, por entenderem que tais pressupostos corroboram com o processo de constituição dos futuros profissionais, em especial dos futuros professores que atuarão na educação básica. Um ensino baseado nesses pilares promove, desde nosso ponto de vista, uma postura “*dialógica*, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada” (FREIRE, grifo do autor, 1996, p. 86), vinculada com a perspectiva de que a articulação entre graduação e pós-graduação, entre pesquisa e extensão, constituem princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa (BRASIL, 2015).

Algumas reflexões sobre o caminho percorrido

A UFG, assim como outras IES que possuem cursos de licenciatura, encontra-se inserida em ações destinadas ao atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores para atuarem na educação básica.

Neste processo, a universidade se fez presente de forma ativa nas discussões realizadas junto a diferentes segmentos do campo da educação. Concomitantemente, buscou a consolidação de políticas institucionais que garantem a autonomia dos cursos de licenciatura na busca e efetivação de uma formação humanista e que forme professores partícipes da construção da sociedade na qual estão inseridos. Deste modo, garante a consonância com os princípios basilares da formação de profissionais do magistério para a educação básica, em especial com aqueles estabelecidos pela CNE/CP nº 2/2015.

Neste sentido, destacamos as principais ações realizadas no contexto da UFG e que convergem com as diretrizes indicadas pelas atuais políticas públicas que têm assinalado elementos que orientam a formação, inicial e continuada, de professores para atuarem na educação básica. Destacamos, inicialmente, o papel da PROGRAD junto aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de licenciatura que se dedicaram à organização dos PPCs dos cursos para o atendimento das diretrizes da Resolução CNE/CP nº 2/2015 e Resolução CNE/CP nº 3/2018 bem como a Resolução CEPEC-UFG nº 1541/2017. Neste sentido, foram realizadas reuniões para a discussão dos principais aspectos a serem observados na reorganização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de licenciatura, de tal forma que estes estejam em consonância com as resoluções supracitadas.

Participaram destas reuniões, os diretores e vice-diretores de unidades acadêmicas que possuem cursos de licenciatura, coordenadores e representantes dos NDEs dos cursos de licenciaturas da UFG. Em atendimento às demandas surgidas nesse processo de escuta e elaboração coletiva, foram convidados especialistas para o tratamento de temas relevantes, como por exemplo a Prática como Componente Curricular, tema que exigiu melhor compreensão nos processos de elaboração das matrizes curriculares de cursos.

Nessa direção criou-se uma comissão para a elaboração de um documento norteador que, além de reduzir distorções no entendimento e implementação da carga horária de PCC nos cursos de licenciatura, elencou alguns critérios para a definição do perfil de atividades curriculares compatíveis com o que tem sido estabelecido nas Resoluções e legislação em vigor. Nesse caminho, mediante as indicações da resolução CNE/CP nº 2/2015 e da análise de alguns pareceres do Conselho Nacional de Educação acerca da temática, bem como dos relatos daqueles cursos da UFG que já implementaram diferentes propostas de PPC em seus currículos, foi elaborado uma minuta de resolução

com diretrizes basilares para a inserção e adequação dessa componente curricular nos PPCs dos cursos de licenciatura.

Outra ação consolidada, e que corrobora com as diretrizes institucionais para a valorização da formação de professores para a educação básica, é o Programa de Bolsa de Iniciação à Pesquisa nas Licenciaturas – PROLICEN. Seu principal objetivo é de incentivar estudantes e professores das licenciaturas a desenvolverem projetos de iniciação à pesquisa cuja problemática esteja inserida nas questões relacionadas à educação básica, oportunizando, desta maneira, a reflexão entre a teoria e a prática. Em sua trajetória, desde 1980, foram mais de 900 projetos de iniciação à pesquisa científica de temáticas relacionadas com a educação básica ou com a formação e atuação docente (ROSA; DIAS, 2009).

Nessa ótica, o PROLICEN se constituiu historicamente em elo entre a formação inicial de professores tanto para o ensino quanto para a pesquisa acadêmica. De tal modo que o contato com a realidade escolar, fortaleça a formação dos professores mediante a vivência da articulação entre o ensino e a pesquisa inseridos e diferentes situações problematizadas a partir da realidade, como é preconizado na Resolução CNE nº 02/2015.

Com o propósito de fortalecer o PROLICEN, a PROGRAD e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) iniciaram desde 2017, um movimento de articuladas as ações, no sentido de que o programa seja percebido de forma integrada a outros editais de pesquisa da UFG, como por exemplo o PIBIC. Atualmente o programa oferece 60 bolsas destinadas aos estudantes de licenciatura. A partir deste movimento, os dois últimos editais foram elaborados e divulgados no sentido de valorizar os projetos de pesquisa que possuem as características que apresentamos anteriormente. Assim o edital nº 68/2017 PROGRAD/PRPI⁴ teve a submissão de 125 planos de trabalhos de diferentes áreas das licenciaturas. Destes, 109 foram recomendados para a realização das atividades de pesquisa. No edital nº 1/2019 PRPI, foram 133 planos de trabalho submetidos e 99 foram recomendados.

Ao acompanhar este movimento, percebe-se que o número de propostas submetidas ao edital PROLICEN está aumentando de forma gradual. Tal fato ilustra o movimento de promover ações que contribuam para valorizar ações que efetivem a articulação entre a pesquisa e o ensino nas variadas áreas do conhecimento que estão inseridas na formação de professores e que

⁴ Este edital iniciou em agosto de 2017 e suas atividades se encerraram em julho de 2018.

promovam ao mesmo tempo a melhoria do ensino na educação básica e na formação de seus futuros professores.

Outra ação institucional é o fortalecimento institucional do Pibid/UFG. O Pibid, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, é um programa vinculado e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que objetiva possibilitar a discentes da primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto social, cultural no qual estão inseridas.

Nacionalmente, em 2009 o programa contemplou 3.088 bolsistas e 43 instituições federais de ensino superior. Já em 2014, cuja edição encerrou suas atividades em janeiro de 2018, o Pibid alcançou 90.254 bolsistas espalhados pelos quatro cantos do país, distribuídos em mais de 850 campi de 284 instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas. Cabe ressaltar ainda que do montante de IES participantes em 2014, 29 também desenvolviam projetos voltados especialmente para o atendimento dos cursos de formação de professores para as áreas da educação escolar indígena e do campo.

Desde o edital de 2009, a UFG tem participado das seleções propostas pela CAPES, ampliando a cada novo certame o número de cursos de licenciatura envolvidos, o quantitativo de licenciandos e escolas participantes, e, sobretudo, o espectro de impactos de seus Projetos Institucionais na educação básica e para os estudantes atendidos por ela, e para a revitalização de práticas e conhecimentos no âmbito dos cursos de licenciaturas envolvidos.

Por meio de tais projetos institucionais, os cursos de licenciatura participantes propõem e desenvolvem projetos específicos construídos em consonância com as particularidades do curso, das distintas áreas de formação e atuação do licenciando, projetos que dialoguem com a multiplicidade de elementos que emergem do cenário da educação básica e que retroalimentam a formação e profissionalização docente nas distintas áreas. Destarte, as articulações e múltiplas vivências formativas fomentadas por meio das ações do Pibid na UFG têm consolidado esse programa como uma ação institucional bastante cara à gestão e aos cursos de licenciatura da universidade, além de se tornar vetor de avaliação e revisão dos itinerários e estratégias formativas destes cursos e das políticas institucionais de formação de professores cunhadas pela UFG.

Neste ínterim, afirmamos que as experiências adquiridas ao longo das diferentes edições do Pibid na UFG, muitas vezes articuladas com outros caminhos formativos, como os produzidos pela via da iniciação à pesquisa no âmbito do Prolicen, tem se materializado em esteio, em terreno fértil para a consolidação de princípios basilares estabelecidos pela Resolução CNE nº2/2015, em particular aqueles descritos em seu Artigo 12, na esfera dos diferentes cursos de licenciatura da UFG. Destaque, por exemplo, para o fomento e criação de núcleos de estudos integradores, núcleos estes constituídos por professores/pesquisadores dos cursos de licenciatura, licenciandos em processo de iniciação à docência (geralmente pertencentes aos primeiros anos dos cursos), estudantes de pós-graduação, estudantes em fase de realização dos estágios curriculares obrigatórios, professores da educação básica, entre outros.

Outrossim, tal qual propõem o Artigo supracitado, inúmeras atividades práticas planejadas e desenvolvidas na articulação entre os sistemas de ensino da educação básica públicas e instituições formativas vem favorecendo vivências em diferentes áreas do campo educacional, potencializando aprofundamento de estudos, experiências enriquecedoras e novos olhares dos licenciados acerca do contexto da escola. O que coaduna com “a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica” (BRASIL, 2015). Soma-se a isso o reconhecimento de que as instituições de educação básica, seus distintos processos de organização e de gestão desempenham um papel estratégico na formação requerida ao profissional do magistério para a educação básica, o que se materializa fortemente por meio do papel de co-formador desempenhado pelos professores que atuam nas escolas partícipes do programa.

Ao longo desses 10 anos de programa foram quatro editais publicados pela Capes, por meio dos quais a UFG desenvolveu diferentes projetos institucionais constituídos por diferentes cursos de licenciatura das quatro regionais: Catalão, Goiânia, Goiás e Jataí. A amplitude e alcance das distintas edições do Pibid na UFG têm sido acompanhadas e avaliadas institucionalmente por meio da realização dos eventos institucionais do Pibid/UFG, bem como de outros eventos relacionados às licenciaturas ou mesmo em seminários, congressos regionais ou nacionais, nos quais as experiências e produções das equipes e licenciaturas têm sido socializados. Há desde a primeira edição um expressivo incremento no número de participações de bolsistas e voluntários do Pibid UFG em eventos científicos,

bem como na publicação em periódicos e revistas de renome das experiências vividas no âmbito do programa. Ademais, também cabe destacar o número significativo de egressos do Pibid que optaram por continuar seus processos formativos, acessando a cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, tendo como núcleo de suas pesquisas recortes das vivências e reflexões iniciados junto ao Pibid. Egressos estes que, em grande percentual, também foram aprovados em concursos da rede estadual e municipal de educação em Goiás, alguns inclusive tornaram-se professores supervisores na edição atual do Pibid UFG, em desenvolvimento por meio do Edital CAPES nº 7/2018.

O projeto institucional do Pibid UFG em andamento, aprovado por meio do edital n. 7/2018 da CAPES, teve suas atividades iniciadas em agosto de 2018. A nova estruturação, as novas dinâmicas de organização e desenvolvimento das ações do Pibid trazidas à baila pelo referido edital, causaram as normativas estabelecidas para a organização das equipes, que muitas vezes engessou e dificultou a composição dos grupos; a redução no espectro de cursos aptos a integrarem essa nova edição. Vale destacar que licenciaturas importantes como a Psicologia, Letras Libras, Música, Dança, etc (atendidas em editais anteriores) foram excluídas deste novo edital. Além disto a redução no tempo de execução do programa de 24 para 18 meses, entre outras novidades demandaram da universidade estratégias para cumprir as exigências do edital reduzindo o impacto entre os cursos envolvidos e no número de bolsistas garantidos. Outra singularidade trazida pelo edital foi a possibilidade de integração entre cursos da modalidade presencial e a distância na organização das equipes e a incorporação das licenciaturas em educação do campo e licenciatura indígena, as quais até a edição anterior eram atendidas por editais específicos, inclusive com recurso orçamentário próprio.

Neste novo cenário, a despeito de todos os desafios enfrentados para a organização das equipes e consolidação desta nova edição do programa, o Pibid/UFG se estruturou a partir da participação de 24 cursos de licenciatura distribuídos em todas as regionais (Catalão, Goiânia, Goiás e Jataí). O projeto iniciou com 576 estudantes, 76 professores das redes públicas atuando como supervisores e 24 professores da UFG, vinculados aos cursos de licenciatura participantes, responsáveis pela coordenação das equipes.

Além de pesquisas aprofundadas no âmbito de cursos de especialização, mestrado e até doutorado, muitos produtos educacionais surgiram sob diferentes correntes teóricas que subsidiaram os trabalhos realizados pelo

conjunto de professores-coordenadores dos subprojetos, professores supervisores e estudantes das licenciaturas junto ao Pibid UFG. Entre os produtos⁵, destaca-se para a multiplicidade de atividades e materiais pedagógicos elaboradas pelas diferentes equipes e, ainda, o e-book publicado em 2015, intitulado: "PIBID e a formação de professores na UFG: Pressupostos teóricos e experiências vividas".

Destaque especial, ainda, para os impactos do programa na formação continuada de professores supervisores, seja pelo incentivo e estímulo ao estudo, reflexões e revisões de suas próprias práticas educativas, seja pelo ingresso de alguns destes em cursos de pós-graduação a partir da sua participação no Pibid. O que é apontado por estudo em âmbito nacional realizado pela Fundação Carlos Chagas (2014), que salienta que o avanço mais destacado referente aos professores supervisores foi uma perceptível formação continuada qualificada e o estímulo à busca de novos conhecimentos ou cursos de pós-graduação (13%).

Em suma, as diferentes edições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na UFG têm cunhado nos processos de formação inicial e continuada de professores para/na educação básica contribuições inquestionáveis. A qualidade e criticidade da formação dos egressos dos cursos de licenciaturas que tiveram a oportunidade de participar do Pibid durante a sua graduação é evidente. Não por acaso a perspectiva da iniciação à docência é apontada pelas políticas e diretrizes voltadas para a formação inicial de professores como um elemento potencialmente promissor para a melhoria dessa formação. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, aponta em sua Meta 15 a ampliação de programas permanentes de iniciação à docência a estudantes de cursos de licenciaturas, enquanto estratégia para o aprimoramento da formação de profissionais para o magistério da educação básica.

A própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), incluiu por meio da Lei nº 12.796, de 2013, em seu Art. 62, que versa sobre a formação de professores para atuar na educação básica, a importância de programas de iniciação à docência enquanto elemento ímpar para a formação de profissionais do magistério na educação básica. Nessa perspectiva, destaca que a "União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência".

⁵ Todos os materiais encontram-se na página institucional do PIBID: <https://pibid.prograd.ufg.br>.

A partir destes e outros documentos e políticas nacionais que norteiam a formação e atuação de professores para a educação básica, e dos resultados já alcançados no âmbito da UFG, e de outras IES nos quatro cantos do país, pela via do Pibid, temos crido que a manutenção, consolidação e, quiçá, ampliação do alcance deste programa (e de outros similares) têm se materializado enquanto condição *sine qua non* para o alcance da formação de professores almejada. Uma formação entrelaçada com a complexidade e multirreferencialidade que perpassa a formação e a atuação docente na educação básica, e a diversidade e a pluralidade sociocultural que permeiam a cultura escolar, tal qual tem recomendado a Resolução CNE nº 2/2015. Destacando que neste documento no seu Artigo 13, inciso 1º, propõe a iniciação à docência como atividade inerente aos cursos de licenciaturas e caracterizável como atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas.

O Programa Residência Pedagógica, assim como o Pibid, é um programa vinculado e financiado pela CAPES e compõe o conjunto de ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores. Conforme indicado em seu primeiro edital, Edital CAPES nº 06/2018, lançado em 01 de março de 2018, o programa, de modo similar ao Pibid, tem como objetivo promover o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura por meio da imersão do licenciando na escola de educação básica, com o diferencial de que os licenciandos aptos a participarem do Residência Pedagógica precisam necessariamente estar na segunda metade do curso. Daí a intenção do programa, expressa pelo referido edital, de que a Residência Pedagógica seja equivalente, quando não substituta, os estágios curriculares supervisionados dos cursos de licenciatura. Esta é, talvez, a sua mais pretensa inovação e, também, o seu ponto mais nevrálgico.

Em meio a inúmeras discussões em torno do conteúdo do Edital CAPES nº 06 /2018, da estruturação previstas pelo programa e dos inúmeros receios quanto às implicações resultantes da adesão dos cursos ao Residência Pedagógica, em especial no tocante às especificidades dos estágios supervisionados dos cursos de licenciaturas da UFG, a universidade decidiu por aderir ao programa, elaborando e submetendo projeto institucional, caso algum curso apresentasse interesse, garantindo assim autonomia de escolha aos cursos.

No período de submissão de propostas, a UFG submeteu seu projeto institucional contemplando os projetos apresentados pelos cursos de licenciatura das regionais de Catalão e Goiás, que definiram os planos de

trabalho e equipes a partir das características dos cursos e suas possibilidades de atender às exigências e princípios estabelecidos pelo edital da Capes. De modo análogo ao Pibid, o cronograma de desenvolvimento das atividades foi elaborado para um período, não prorrogável, de 18 meses. Seis cursos de licenciatura das regionais Catalão e Goiás participaram dessa primeira edição do programa, perfazendo um total de 144 estudantes de licenciatura envolvidos no programa e com bolsa, 18 professores das redes públicas de educação de Goiás (bolsistas) atuando como preceptores e 6 professores da UFG (bolsistas), vinculados aos cursos de licenciatura participantes, responsáveis pela coordenação das equipes.

Tal qual ocorre no Pibid, as ações e etapas previstas para o programa Residência Pedagógica ocorrem, imprescindivelmente, em regime de colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, responsáveis por habilitar uma relação de escolas aptas a se tornarem parceiras das equipes do Programa Residência Pedagógica da UFG. Em razão do programa encontrar-se em andamento e de não terem sido realizados estudos específicos para avaliar suas implicações nos processos formativos ofertados nos cursos envolvidos, é relativamente prematuro ajuizar seus reais impactos para a formação de professores para a educação básica. Contudo, arriscamos defender que, a despeito de todas as dificuldades trazidas pela engenhosidade do edital Capes nº 06/2018, a oportunidade de que licenciandos da segunda metade dos cursos de licenciatura obtivessem experiências similares àqueles disponibilizadas pelo Pibid, além da possibilidade de percepção de bolsa, que não raramente significa a única condição de permanência desse estudante na universidade, são alguns dos elementos que sustentam um prognóstico positivo em torno do Residência Pedagógica. Isso porque, tal qual o Pibid e conforme defende a Resolução CNE nº 02/2015, o programa prima por uma formação do licenciando alicerçada na articulação e cooperação entre as Instituições de Ensino Superior formadoras e os sistemas educacionais de educação básica públicos.

Diante do momento vivido, e da necessidade de buscar espaços em que a reflexão e troca de ideias que tenham como propósito superar os desafios que são colocados a UFG, buscou a realização de outra ação que teve uma repercussão positiva na região. Trata-se do Primeiro Encontro de Licenciaturas e Educação Básica da UFG (I ELEB). Seu principal propósito foi de reunir pesquisadores da área da educação de reconhecimento nacional, da região, professores da educação básica, estudantes da graduação e da pós-graduação para participação de atividades como: conferências, mesas-redondas, comunicações científicas, relatos de experiências, apresentação de

pôsteres, apresentações culturais e lançamentos de livros. Além disto, foi uma oportunidade para que os professores da educação básica das escolas públicas pudessem expor atividades desenvolvidas nas escolas, e ainda os laboratórios de ensino de universidades também participaram apresentando materiais didáticos que podem ser utilizados nas escolas.

A escolha dos temas discutidos no evento teve como princípio, tratar sobre questões que são desafiadoras para os profissionais da Educação e que permeiam o cotidiano destes participantes. Foram temáticas do evento: políticas públicas de formação de professores, educação do campo, educação intercultural, educação inclusiva, educação de jovens e adultos, educação infantil, estágio nas licenciaturas, avaliação de aprendizagem, formação de professores para a educação básica, entre outros.

Considera-se desta maneira, que o número de participantes⁶ no evento contribuiu com articulação das instituições formadoras de professores e os docentes que atuam nas escolas de educação básica da região. Isto pois, entre os inscritos houve a participação de professores da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia e da rede participar da região. Além disto, houve momentos de troca de experiências e debates entre pesquisadores de diferentes instituições que formam professores na região.

Algumas considerações

O cenário apresentado neste texto ilustra o contexto no qual os cursos de formação da Universidade Federal de Goiás estão inseridos. O perfil dos alunos que ingressam na universidade é heterogêneo, no que diz respeito à cor/raça, faixa geracional, gênero, perfil socioeconômico e cultural. Nos cursos de licenciatura isso não é diferente. Para isto, as iniciativas alavancadas pela universidade visam contemplar uma formação, inicial e continuada, de professores em sintonia com ações que contribuam para redução dos números de evasão e retenção, que ampliem as possibilidades de uma formação humanista e, sobretudo, que esteja alicerçada no diálogo e complementaridade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, elementos que corroboram para a formação e profissionalização de professores para o

⁶ Cerca de 2500 pessoas transitaram nos diferentes momentos da programação. Além das conferências e mesas-redondas que tiveram uma expressiva participação deste público, destaca-se as comunicações científicas e os relatos de experiências que permitiram aos professores a apresentação e a discussão sobre a realidade escolar.

magistério na educação básica sintonizada com as atuais políticas e diretrizes.

Busca-se estreitar os espaços de diálogo entre a universidade e a sociedade buscando alternativas que superem os desafios e fortaleçam as propostas de ensino e aprendizagem. Nesta perspectiva surgem alguns programas que fomentam a interface entre os estudantes, os professores e, principalmente, que criam espaços para a interação e colaboração entre estes sujeitos.

O primeiro eixo destas políticas tem o foco na formação e apoio aos estudantes por meio de programas que promovam a integração dos alunos ao universo acadêmico de maneira participem ativamente e vivenciem o ambiente a pluralidade do universitário. Neste sentido, o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Estudante será destinado ao acolhimento dos estudantes que possuam dificuldades que possam comprometer o seu desenvolvimento escolar. Neste espaço, os estudantes, em especial os dos semestres iniciais, receberão diferentes tipos de orientações que permitam o andamento e conclusão do curso iniciado.

Outra ação é o Programa de Tutoria Acadêmica que objetiva o acompanhamento e a orientação dos estudantes ingressantes na UFG, para que eles possam compreender o ambiente universitário, e do curso que ele ingressou. Além disso, nesta proposta os alunos com dificuldades de aprendizagem poderão orientados de maneira mais próxima para que eles possam superar as barreiras que o impedem de ter êxito no curso.

Ainda nesse sentido, a UFG está buscando subsídios que fortaleçam os Projetos de Ensino, permitindo assim ampliar as possibilidades de contribuição na formação dos acadêmicos com dificuldades de aprendizagem, com altas habilidades e/ou necessidades especiais. Além disto, os Projetos de Ensino estão sendo redefinidos de maneira que possam valorizar os Projeto de Monitoria.

Enquanto isso, o outro eixo, destinado aos professores da universidade, visa contribuir com as reflexões e discussões relacionadas ao processo de ensino e a aprendizagem no ensino superior sob diferentes ações. Neste momento de construção destas políticas institucionais, podemos destacar: 1) o Núcleo de Apoio Permanente ao Docente tem o papel de contribuir com o processo de formação continuada dos professores universitários; 2) a valorização e reconhecimento do trabalho docente, por meio de ações internas que estão sendo desenhadas.

Diante do exposto, vale destacar que os projetos apresentados se entrelaçam com um só propósito: contribuir com a formação dos estudantes. E mais que isto, contemplam as especificidades dos cursos de licenciatura, ao diversificarem e amplificarem as possibilidades de atividades de ensino, pesquisa e extensão. É importante ressaltar ainda, a continuidade nas ações citadas destinadas às licenciaturas, bem como a formação da Comissão de Licenciaturas, cuja finalidade é a de propor, de forma dialógica, reflexões sobre questões presentes no contexto atual, em especial no que diz respeito às especificidades oriundas dos cursos de licenciatura da UFG. Esse conjunto de iniciativas e políticas institucionais, sob o nosso ponto de vista, têm sido fundamentais para que as articulações entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica sejam privilegiadas e garantidas, têm se materializado enquanto amálgama para a consolidação das ações em andamento e para a proposição de outras.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. *LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 3/2018. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Brasília, DF: CNE, 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Brasília, DF: CNE, 2015.

_____. Ministério da Educação. *Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF., 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital 6: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica*. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital 7: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa*

Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

DOURADO, L. F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 131, p. 299-324, 2015.

DUK, C. *Educar na diversidade: material de formação docente*. 3. ed. Brasília : [MEC, SEESP], 2006.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Um Estudo Avaliativo do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid). São Paulo: Fundação Carlo Chagas, 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/24112014-pibid-arquivoAnexado.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

ROSA, D. E.G. e DIAS, J. F. PROLICEN - PROGRAD/UFG: um estudo do programa Bolsa Licenciatura (1996-2008). In: *III EDIPE - Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino*, 2009. Anápolis.

TOSCHI, M. S. (org). *Leitura na tela: da mesmice à inovação*. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2010.

UFG. Universidade Federal de Goiás. *Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura*. Resolução nº 1402/2016. Faculta a criação de Fórum de Licenciatura em cada Regional da UFG. Goiânia, GO, CEPEC, 2016.

_____. *Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura*. Resolução nº 1539. Define a política de estágios dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Goiás - UFG e revoga a Resolução CEPEC nº 731/2005. Goiânia, GO, CEPEC, 2017.

_____. *Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura*. Resolução nº 1541. Estabelece a política para a formação de professores(as) da educação básica, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e dá outras providências, revogando-se a Resolução CEPEC nº 631/2003. Goiânia, GO, CEPEC, 2017.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2021*. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2017. 92 p.

_____. *Análise, c2019*. Plataforma de análise de dados da UFG. Página inicial. Disponível em: <<https://analisa.dados.ufg.br/>>. Acessado em: 10 de out. de 2019.

Recebido em: 05 nov. 2019.
Aprovado em: 21 nov. 2019.

* Jaqueline Araújo Civardi é Licenciada em Matemática (UFG), mestre em Educação (UFMG), doutora em Didática das Ciências Experimentais e da Matemática (UB) e Pós-doutora em Educação (PUC/SP). É professora associada e atualmente Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal de Goiás.

e-mail: jaqueline.civardi@gmail.com.

**Janice Pereira Lopes é Licenciada em Matemática (UFSM), Mestre e Doutora em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). É professora e atualmente Coordenadora Institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID da Universidade Federal de Goiás.

e-mail: janiceplices@gmail.com

*** Moema Gomes Moraes é professora e atualmente Diretora de Ensino na Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Goiás. É licenciada em Matemática (PUC-GO), mestre em Ciências da Educação Superior (UH) e doutora em Educação (PUC-GO).

E-mail: moema@ufg.br